



Polícia Federal aparece e corta na própria carne

Em 2005 a Polícia Federal fez 45 operações, com 935 presos (203 deles servidores públicos e sete policiais federais). Quase o triplo das operações realizadas em 2003 (16), e mantendo a margem das realizadas em 2004 (42). A prisão de apenas sete federais em 2005, comparados aos 39 presos em 2003, vindica duas percepções. Aliás, trãs: ou a PF limpou definitivamente o carcinoma de seu tecido policial. Ou desistiu de cortar a própria carne. Ou ainda: ficou mais difícil banir da corporação os maus policiais.

Prãdiga, a partir e sobretudo no governo Lula, em produzir mega-operações a funcionar como autênticos portentos midiáticos, a PF em 2005, pela primeira vez em sua história, teve de assistir sua própria carne nobre falando mal da corporação nas tevãs.

A primeira greve de delegados da história da PF atingiu cinco estados brasileiros: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Alagoas e Espírito Santo. Segundo o presidente da Federação Nacional dos Delegados da PF, **Armando Rodrigues Coelho Netto**, mentor intelectual da paralisação, a adesão foi maior do que se esperava.

O ato recebeu o nome de *Movimento pela Valorização da Polícia Federal*. Nos levantamentos do delegado Coelho Netto, há hoje no país 50 mil inquéritos da PF que foram iniciados com pompa e circunstância, com festa na manhã, mas que se encontram num andamento investigatório pãfio. “Queremos a garantia de que esses inquéritos chegarão ao fim”, disse o delegado no auge da paralisação, a 8 de novembro.

No ano passado, havia sido a vez dos agentes da PF, que fizeram greve de 50 dias, sob o argumento de que tinham direito à equiparação de seus salários ao dos delegados e peritos federais, o que não era previsto pelos valores da tabela de vencimentos da categoria determinada pela Lei 9.266/96.

Um dos tãpicos do documento divulgado pelo *Movimento pela Valorização da Polícia Federal* apontou que “A imagem dos Policiais Federais de todo o País vem sendo arranhada por problemas de única e exclusiva responsabilidade do Governo Federal. Em São Paulo, por exemplo, servidores vêm sendo seriamente atingidos desde a Operação Anaconda e da divulgação de um relatório com 64 irregularidades, que municiou a imprensa para uma campanha difamatãria contra Policiais Federais. Mais recentemente, o furto de cocaína nas dependências da PF paulista também acabou levantando suspeita contra os servidores da Instituição”.

E prosseguiam â??Nem a DireÃ§Ã£o Geral da PF nem o MinistÃ©rio da JustiÃ§a esclarecem para a imprensa que 98% das irregularidades apontadas no tal relatÃ³rio sÃ£o, em parte, conseqÃ¼Ãªncia da falta de recursos materiais e humanos. O que sobra para a imprensa Ã© justamente o escÃ¢ndalo, jÃ¡ que â??Ã© o homem que estÃ¡ mordendo o cachorroâ??. A maioria dos casos de corrupÃ§Ã£o na PF, sem prejuÃ­zo da expansÃ£o do crime organizado e da infiltraÃ§Ã£o de bandidos na instituiÃ§Ã£o, nÃ£o detectados no processo seletivo â?? sejam policiais, sejam administrativos ou terceirizados â?? ocorre por falta de estrutura material e humana. Foi assim no Rio, em SÃ£o Paulo e outros estados, onde as dificuldades sÃ£o iguais ou maiores, como, por exemplo, nossas fronteirasâ?.

TambÃ©m foi o ano em que a PF teve de enfrentar, contra a sua â??fÃ©ria legislanteâ?, uma legiÃ§Ã£o de estrelas do direito, unilateralmente dispostos a reagir fisicamente as â??invasÃµesâ? de seus escritÃ³rios. A *paÃ³ra* do governo em enfrentar eleitores de talhe acentuadamente legalista se expressou em comunicado, datado de junho, onde se lia: â??atendendo a apelos da AssociaÃ§Ã£o dos Advogados de SÃ£o Paulo, entre as demais entidades de advogados e da advocacia em geral, o MinistÃ©rio da JustiÃ§a baixou as Portarias a seguir transcritas...â?. Era a Portaria 1.288, de 30 de junho de 2005. Tentou proteger advogados da prÃ³pria PF. Assinada pelo ministro Thomaz Bastos, da JustiÃ§a, concluÃ­a â??O descumprimento injustificado desta portaria sujeitarÃ¡ o infrator Ã s sanÃ§Ãµes administrativas previstas na Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ou na Lei n.º 4.898, de 9 de dezembro de 1965, conforme o casoâ?.

Em 6 de dezembro de 2005, a FederaÃ§Ã£o Nacional dos Policiais Federais, a Fenapef, emitiu comunicado em que parecia dar as mÃ£os aos advogados contra eventuais â??enragÃ©sâ? da prÃ¡tica de se investigar a partir do grampo telefÃ´nico. â??Os delegados Emmanoel Henrique Balduino de Oliveira e Ãºlzio Vicente da Silva foram os relatores das escutas efetuadas durante a OperaÃ§Ã£o Anaconda e nÃ£o tiveram o cuidado de preservar pessoas inocentes como determina a Lei 9296-96 (Lei do Grampo), mas a Procuradora da RepÃºblica, Janice Ascari, ignorou o conteÃºdo do relatÃ³rio dos dois delegados e nÃ£o usou qualquer palavra de Garisto na denÃªncia. Assim tambÃ©m procedeu a procuradora com relaÃ§Ã£o a citaÃ§Ã£o do ex-ministro JosÃ© Carlos Dias e o ex-deputado federal e ex-presidente nacional da OAB Roberto Batochioâ?.

Francisco Carlos Garisto, presidente da Fenapef, avalia que o ano em que a PF mandou Paulo Maluf para a cadeia â??foi histÃ³rico em todos os sentidos, porque a PF provou que tem autonomia, a atÃ© o vice-presidente da RepÃºblica ela investigouâ?. Armando Rodrigues Coelho Netto, o presidente da FederaÃ§Ã£o dos Delegados da PF, diz que a corporaÃ§Ã£o â??ganhou uma transparÃªncia e visibilidade que nÃ£o existiamâ?. Mas acha que, mesmo em 2005, a PF nÃ£o demonstrou que darÃ¡ garantias de que suas operaÃ§Ãµes manterÃ£o qualidade atÃ© o final e –muito alÃ©m do frenesi causado pelas blitzes capazes de erradicar os bocejos no Ibope de quaisquer emissoras. â??Queremos qualidade atÃ© o fimâ?, prega Armando Rodrigues Coelho Netto.

ConheÃ§a as operaÃ§Ãµes de 2005

Alcatãoia

Desencadeada no dia 14 de janeiro, a Operação Alcatãoia prendeu 11 pessoas envolvidas com a alteração de chassis de ônibus e caminhões. A base da quadrilha era a cidade de Divinópolis (MG), mas as investigações mostram que o grupo atuava em 15 estados brasileiros. Além da acusação da alteração de chassis, a quadrilha era acusada pelos crimes de roubo de cargas e caminhões, desmanche de carros, e sonegação fiscal.

Predador

A Operação Predador, que aconteceu no dia 28 de janeiro, desmontou uma quadrilha que desviava verbas do Conselho Federal de Enfermagem. Com ações nos estados do Rio de Janeiro, Piauí, Goiás, Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe, foram presas 15 pessoas, entre elas o presidente do Cofen, Gilberto Linhares. A quadrilha era acusada de desviar verbas do Conselho através de licitações superfaturadas, além de outros crimes. As investigações mostraram que o desvio chegou próximo aos R\$ 50 milhões de reais.

Petisco

Realizada no dia 02 de fevereiro, a Operação Petisco contou com a participação de 250 agentes da Polícia Federal de Brasília, Rio e Campos, além de 120 homens da Polícia Militar. A ação desarticulou uma quadrilha do tráfico de drogas que atuava na cidade de Campos (RJ) e outros municípios do interior fluminense, e movimentava cerca de R\$ 2,5 milhões por mês com a venda de 30 quilos de cocaína e meia tonelada de maconha. Ao todo foram presas 43 pessoas.

Pretorium

A Operação Pretorium foi desencadeada no dia 10 de fevereiro e prendeu 7 pessoas envolvidas em um esquema de corrupção que funcionava dentro do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima. Entre as irregularidades descobertas estavam viagens fantasmas, pagamento irregular de diárias e horas extras e desvio de verbas públicas destinadas às eleições de 2004, além de um esquema de repasse de salários.

Big Brother

A Operação Big Brother prendeu em no dia 15 de fevereiro cinco pessoas envolvidas com um esquema que fraudava documentos para tentar obter o pagamento de títulos da dívida pública da Petrobras e Eletrobras. Somente em um dos casos, o grupo tentou obter, fraudulentamente, R\$ 600 milhões. Ao todo, as ações judiciais descobertas durante as investigações totalizavam quase R\$ 1 bilhão. Graças ao trabalho das estatais e da PF, os saques dos valores foram evitados.

Clone

A Operação Clone foi desencadeada no dia 16 de fevereiro em Brasília (DF) para prender uma quadrilha que lesava centenas de correntistas por meio de fraudes bancárias. Quatro pessoas foram

presas. De acordo com as investigações, o grupo executava fraudes através da Internet e obtinha, através de empregados dos bancos, os saldos e dados pessoais dos clientes a serem lesados. O principal alvo da quadrilha era a Caixa Econômica Federal, mas foram registradas ocorrências contra correntistas do Banco do Brasil, Itaú e Bradesco no Distrito Federal e nos estados do Rio de Janeiro, Goiânia, Ceará e São Paulo. Os valores desviados podem chegar a 10 milhões de reais.

Terra Nostra

Realizada no dia 17 de fevereiro, a Operação Terra Nostra contou com a participação de 150 policiais federais. Foi desmontada uma quadrilha que fazia grilagem de terras em áreas sem título de domínio no norte do estado de Tocantins. Os acusados agiam de forma ordenada, falsificando documentos relativos à posse e propriedade das terras, forjando contratos de cessação de direitos de posse a fazendeiros de outros estados e, pressionando, com ameaças de violência, os interessados que efetuavam a negociação a desistirem da compra, recebendo de volta menos da metade do valor pago. Foram presas 15 pessoas.

Caronte

A Força Tarefa no Pará, constituída pela Polícia Federal, Ministério Público Federal e Ministério da Previdência Social, realizou no dia 18 de fevereiro a Operação Caronte. O objetivo era prender servidores públicos do INSS, advogados e empresários que fraudavam a Previdência Social através da emissão irregular de Certidões Negativas de Débito. Foram presas 22 pessoas e cumpridos 20 mandados de busca e apreensão.

Ajuste Fiscal

A Operação Ajuste Fiscal aconteceu no dia 24 de fevereiro e resultou na prisão de 11 auditores fiscais da Secretaria de Receita Previdenciária (antiga Gerência do INSS) do Ministério da Previdência. A suspeita é que o grupo tenha causado um prejuízo de R\$ 1 bilhão aos cofres da Previdência, referente a dívidas que deixaram de ser cobradas de empresas nos últimos dez anos mediante pagamento de propinas.

Dragão

Desencadeada no dia 18 de março, a Operação Dragão prendeu cinco empresários do ramo de extração de areia. Eles estavam envolvidos com crimes de corrupção, formação de cartel, sonegação fiscal e usurpação de matéria-prima da União por meio da extração irregular de areia.

Buritis

A Operação Buritis prendeu no dia 31 de março, 29 pessoas envolvidas com um esquema de corrupção que envolvia policiais rodoviários federais e empresários do setor de transportes. Participaram da ação 160 policiais federais do Piauí, Maranhão, Ceará, Pernambuco e Brasília.

Os presos foram acusados pelos crimes de corrupçãõ ativa e passiva, concussãõ, prevaricaãõ, violaãõ de sigilo funcional e formaãõ de quadrilha.

Marãõ Branco

A operaãõ Marãõ Branco foi realizada no dia 05 de abril pela Superintendãncia da Polãcia Federal no Paranã; juntamente com a Secretaria de Seguranãça Pãblica do estado. A aãõ prendeu uma quadrilha especializada no patrulhamento armado de fazendas ocupadas por membros do Movimento dos Sem Terra (MST) e sua conseqãente desocupaãõ forãada, bem como trãfico internacional de armas e violaãões aos Direitos Humanos. Oito pessoas foram presas, e houve a apreensãõ de armas de diversos calibres usados pelos membros da organizaãõ.

Tango

A Operaãõ Tango, desencadeada no dia 11 de abril, prendeu integrantes de uma quadrilha envolvida com crimes financeiros e lavagem de dinheiro. Cerca de 300 policiais federais atuaram na operaãõ, que aconteceu simultaneamente no Rio Grande do Sul, Sãõ Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Tocantins e Paraãba. Ao todo 13 pessoas foram presas. O grupo agia criando crãditos tributãrios â?friosâ?, que eram oferecidos a empresas com dificuldades financeiras, os quais seriam utilizados na compensaãõ de obrigaãões fiscais.

Castanhola

Com objetivo de desarticular uma quadrilha que atuava no trãfico internacional de mulheres para Espanha e Portugal, a Operaãõ Castanhola foi realizada no dia 14 de abril. Foram 7 pessoas presas na cidade de Anãpolis. Tambãm aconteceram aãões de repressãõ na Espanha e Portugal, que resultaram na prisãõ de 5 pessoas na cidade de Santander (Espanha).

Hidra

A Operaãõ Hidra foi a maior aãõ da histãria da Polãcia Federal para combate ao crime de contrabando e descaminho. Desencadeada no dia 04 de maio, a operaãõ prendeu 67 pessoas e contou com a participaãõ de mais de 750 policiais federais. A quadrilha que foi alvo da aãõ tinha como base principal a cidade de Maringã; alãm de ramificaãões em outras cidades do Paranã; e do estado de Mato Grosso do Sul.

Guabiru

A Operaãõ Guabiru prendeu no dia 17 de maio 26 pessoas envolvidas com um esquema de desvio de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educaãõ que deveria ser usado para a compra de merenda escolar em municãpios alagoanos. Entre os presos, 8 eram prefeitos municipais e 4 eram ex-prefeitos.

Curupira

A Operaãõ Curupira deflagrada em 02 de junho desarticulou uma das maiores organizaãões

criminosas do país, composta por madeireiros e despachantes especializados na extração e transporte ilegal de madeira mediante corrupção de servidores públicos do Ibama e da Fundação Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso (Fema). De acordo com levantamentos de analistas ambientais do Ibama, a quadrilha teria transportado um volume de madeira avaliado em R\$ 890 milhões.

Anjo da Guarda

A Operação Anjo da Guarda cumpriu no dia 7 de junho, 18 mandados de busca e apreensão em oito estados, com o objetivo recolher material de informática, fitas e CDs contendo pornografia infantil, material de pedofilia. O professor de lutas marciais Anderson Luís Juliano Borges Costa, de 33 anos, foi preso por ter produzido, divulgado e trocado no exterior, via internet, fotos e vídeos de atos sexuais com menores de idade.

Panorama

A Operação Panorama prendeu integrantes de uma organização criminosa que facilitava a imigração ilegal de estrangeiros para território brasileiro. Desencadeada no dia 8 de junho, a operação contou com a participação de 140 policiais federais e resultou na prisão de 26 pessoas nos estados do Paraná e Mato Grosso. Conforme as investigações, os estrangeiros obtinham visto para permanência no país, baseados em casamentos simulados com brasileiras aliciadas para tal fim. Estes estrangeiros, uma vez estabelecidos em território brasileiro, dedicavam-se à realização das mais diversas fraudes.

Cevada

Deflagrada pela Polícia Federal com apoio da Receita e Ministério Público, a Operação Cevada prendeu 70 pessoas envolvidas em um esquema criminoso que beneficiava empresas ligadas ao grupo Schincariol. O grupo era investigado por crimes de formação de quadrilha, sonegação fiscal e fraude no mercado de distribuição de bebidas. Segundo estimativa da Receita Federal, a sonegação foi de aproximadamente 1 bilhão de reais nos últimos cinco anos. A operação aconteceu nos estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Tocantins e Pará.

Tentáculos

A Operação Tentáculos foi desencadeada em conjunto pela Polícia Federal e pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná no dia 16 de junho. Foram presos integrantes de uma quadrilha que atuava principalmente como grupo de extermínio, além de cometer crimes como tráfico de drogas, de armas e roubo a veículos, entre outros. Além das prisões, foram apreendidas armas, veículos, drogas, jóias, celulares, cheques e dinheiro.

Taçmara

Realizada no dia 17 de junho, a Operação Taçmara desmontou uma organização criminosa especializada no tráfico internacional de entorpecentes, cuja maioria dos membros tinha origem Árabe. O grupo atuava na América do Sul e Europa, e enviava quinzenalmente, a partir do Brasil, uma média de 60 quilos de cocaína para países europeus e do Oriente Médio. A operação contou com 200 policiais federais que cumpriram mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná.

Mercário

A Operação Mercário foi executada no dia 27 de junho e teve como objetivo interromper um esquema de corrupção que envolvia empresários, empregados de empresas de transporte de carga e de passageiros e policiais rodoviários federais. A investigação demonstrou que, mediante pagamento, policiais rodoviários liberavam o tráfico de veículos com diversas irregularidades, como excesso de carga, falta de manutenção, porte de documentos falsificados, chassis adulterados, placas clonadas e até roubados. A ação teve a participação de 200 policiais federais, além do apoio de 70 policiais rodoviários federais.

Monte Áden

Desencadeada no dia 30 de junho, a Operação Monte Áden teve o apoio da Receita Federal, do Ministério Público Federal e de autoridades do governo uruguaio, e prendeu integrantes de um esquema de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e sonegação fiscal. As ações aconteceram nos estados de São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Ceará, Pernambuco e Paraná. No total, 500 policiais federais, além de mais de 50 servidores da Receita Federal, participaram da operação.

Narciso

Em 14 de julho a Polícia Federal, Receita Federal e o Ministério Público Federal, desencadearam a operação Narciso, para cumprimento de 33 mandados de busca e apreensão e 4 mandados de prisão temporária em São Paulo, Santa Catarina, Espírito Santo e Paraná. O objetivo da ação seria impedir a continuidade do crime de sonegação fiscal da loja Daslu, localizada em São Paulo. Segundo as investigações, iniciadas na Receita Federal, os produtos vendidos na loja eram adquiridos de empresas importadoras que subfaturavam as mercadorias estrangeiras para diminuir a incidência de Imposto de Importação, além do IPI, levando prejuízo na operação de revenda da Daslu. Os crimes verificados são: formação de quadrilha, falsidade material e ideológica, crimes contra a ordem tributária. É investigada ainda a possível sonegação fiscal sobre o lucro da empresa Daslu. Três pessoas foram presas.

Confraria

No dia 21 de julho a PF, com o apoio da Controladoria-Geral da União e Ministério Público

Federal, iniciou a Operação Confraria para desarticular uma organização criminosa que atuava na Paraíba, Pernambuco, Ceará e Piauí. A CGU identificou desvios de pelo menos R\$ 13 milhões em licitações de obras públicas. Seis pessoas foram presas.

Lion Tech

Em operação conjunta com a Receita Federal e o Ministério Público Federal, a PF desencadeou no dia 03 de agosto a Operação Lion Tech para desarticular uma quadrilha que praticava fraudes para obter restituições indevidas de imposto de renda. Estima-se que a fraude tenha alcançado o montante de 2 milhões de reais.

Falsário

A Operação Falsário prendeu no dia 04 de agosto integrantes de um grupo acusado de fraudar a Previdência Social. Eles obtinham benefícios de auxílio doença mediante o uso de atestados e exames médicos falsos. As ações da Polícia Federal ocorreram nas cidades de São Paulo, Suzano, Salto e São Vicente. Quatro pessoas foram presas, dentre elas dois servidores do INSS.

Macunaãma

A Operação Macunaãma foi desencadeada no dia 05 de agosto em todo o país para reprimir crimes contra o Patrimônio Histórico Nacional. Foram realizadas ações de fiscalização em feiras de antiguidade e artesanato, sítios arqueológicos, portos e aeroportos, além de palestras e ações de conscientização da população para a gravidade dos crimes contra o patrimônio.

Babilônia

A Operação Babilônia prendeu no dia 05 de agosto no estado de Goiás integrantes de uma quadrilha internacional envolvida com o tráfico de seres humanos. A ação aconteceu simultaneamente na Espanha, com a prisão de uma envolvida. Ao todo foram presas sete pessoas.

Matinta Perãra

A Operação Matinta Perãra, desencadeada no dia 05 de agosto, foi resultado de uma investigação que comprovou o envolvimento de auditores da Delegacia Regional do Trabalho no Pará num esquema com empresários do Estado que tinha por objetivo fraudar as fiscalizações e evitar o pagamento de multas por infrações trabalhistas. Foram identificadas mais de quinze empresas que se beneficiaram do esquema montado pelos auditores. Cerca de cem policiais dos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e do Distrito Federal participaram da operação.

Encaixe

A Polícia Federal desencadeou no dia 11 de agosto a Operação Encaixe para desarticular uma quadrilha especializada na clonagem de cartões de bancos, que eram usados para movimentações

entre contas e saques em caixas eletrônicos, principalmente da Caixa Econômica Federal. O grupo atuava desde 2003 em Belo Horizonte e interior de Minas Gerais, e também no Espírito Santo.

Caçari-Ete

A Operação Caçari-Ete, realizada no dia 15 de agosto, teve como objetivo de dismantlar uma organização criminosa voltada ao contrabando e falsificação de agrotóxicos. A quadrilha era formada por empresários e funcionários públicos, e atuava no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Goiás. Cerca de 200 policiais federais participaram desta que foi a primeira grande ação da PF para combater este tipo de crime no país.

Curupira II

A Operação Curupira II foi desencadeada no dia 18 de agosto e foi resultado de investigações posteriores a primeira ação, ocorrida em 02 de junho. Foram presos membros de uma quadrilha composta por madeireiros, despachantes e contadores que se articulavam para corromper funcionários do IBAMA e, assim, obter vantagens indevidas no transporte de madeiras e na aprovação ilícita de planos de manejo florestal, chancelados pelo órgão com o objetivo de gerar créditos fictícios de madeira.

Serraluz

A Operação Serraluz desbaratou no dia 22 de agosto uma grande quadrilha envolvida com o tráfico de drogas e de armas. Sediados no Rio Grande do Sul, os integrantes do grupo cometiam uma série de outros delitos com a finalidade de angariar fundos. Há registro de crimes de latrocínio, furto de explosivos e munições, assaltos a residências, carros fortes, instituições bancárias e comerciais, roubo de cargas, além de corrupção e lavagem de dinheiro. A ação foi desenvolvida em parceria pela PF com a Polícia Civil do Rio Grande do Sul.

Pãgasus

Desencadeada no dia 25 de agosto, a Operação Pãgasus prendeu integrantes de uma organização criminosa especializada em invadir contas bancárias através da Internet. A ação aconteceu nos estados de Goiás, Paraná, Distrito Federal, Tocantins, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo. Os fraudadores, conhecidos popularmente como "hackers" ou "crackers", causavam prejuízos a correntistas de todas as grandes instituições bancárias no país desde 2001, e alguns deles já tinham sido presos em outras operações realizadas pela Polícia Federal.

Roupa Suja

A Polícia Federal, em ação conjunta com o Ministério Público Federal, deflagrou no dia 25 de agosto a Operação Roupa Suja para desbaratar cartéis que fraudavam licitações públicas em duas frentes: nos contratos de prestação de serviços de lavanderia para hospitais públicos do Rio de Janeiro e na concorrência para a compra de insumos para retrovirais (principalmente do coquetel

anti-aids) pelos laboratórios estaduais do Rio. Foram 11 pessoas presas.

Trevo

A Polícia Federal deflagrou na manhã do dia 31 de agosto a Operação Trevo, com o objetivo de desarticular grupos que atuam no Maranhão em atividades de jogo ilegal e crimes conexos como sonegação fiscal, corrupção e lavagem de dinheiro. Mais de 400 policiais participaram da operação, que recolheu documentos e máquinas eletrônicas, além de prender 20 pessoas.

Anjo da Guarda II

A segunda fase da Operação Anjo da Guarda prendeu no dia 31 de agosto, cinco pessoas acusadas de produzir e divulgar através da Internet fotos e vídeos contendo pornografia infantil. Os policiais chegaram aos acusados graças às apreensões realizadas no dia 07 de junho deste ano, na primeira fase da operação.

Mercado Negro

A Força-Tarefa Previdenciária, composta pela Polícia Federal, Ministério Público e INSS desencadeou no dia 1º de agosto a operação Mercado Negro, que teve como objetivo acabar com um esquema de concessão de benefícios previdenciários fraudulentos através de agências da Previdência Social no Rio de Janeiro. A quadrilha, capitaneada por um escritório de contabilidade localizado no Mercado das Flores, no centro do Rio de Janeiro, contava com a participação de agenciadores e funcionários da Previdência Social.

Bye Bye Brasil

A Operação Bye Bye Brasil desmontou na manhã do dia 14 de setembro uma organização criminosa especializada em introduzir brasileiros de forma ilegal no exterior, principalmente nos Estados Unidos. A base de atuação da quadrilha era a cidade de Criciúma (SC). Também houve prisões e buscas em Minas Gerais e Espírito Santo.

Canafe e Overbox

As operações Canafe e Overbox aconteceram no dia 14 de setembro e prenderam integrantes de quadrilhas envolvidas com a falsificação de vistos e passaportes, envio ilegal de pessoas para o exterior, facilitação e prática de contrabando e descaminho. Estes grupos atuavam tanto no terminal de passageiros como no terminal de cargas do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP).

Caravelas

Desencadeada no dia 15 de setembro, a Operação Caravelas prendeu integrantes de uma quadrilha envolvida com o tráfico internacional de drogas. O grupo, que atuava no Brasil e tinha ramificações em Portugal e na Espanha, mandava cocaína para a Europa dentro de carregamentos de carne bovina congelada.



Raposa

A Polícia Federal deflagrou na manhã do dia 28 de setembro a operação Raposa, que desmontou um esquema de desvio de verbas públicas federais no município de Cotia (SP). Segundo as investigações, as verbas federais eram passadas à Prefeitura para o custeio e manutenção de ações nas áreas de saúde e educação. A Prefeitura, por sua vez, as repassava a uma empresa terceirizada. O dinheiro era usado para o pagamento de funcionários desta empresa, em salários superfaturados ou de funcionários fantasmas. Das contas dos funcionários o dinheiro era devolvido aos membros da organização criminosa.

Dublã

A Polícia Federal e a Receita Federal, com a colaboração do Ministério Público Federal, desmantelou no dia 5 de outubro uma organização criminosa atuante na região de Caxias do Sul (RS), com células em diversos estados e no exterior, especializada em descaminho e sonegação fiscal através de exportações fraudulentas. Nove pessoas foram presas, 14 mandados de busca e apreensão cumpridos, e feitos 10 seqüestros de veículos.